

RUI RIO

## “O QUE ESTÁ A ACONTECER É A JUSTIÇA A NÃO FUNCIONAR”

Rui Rio considera que a Justiça não está “capaz de responder, em tempo útil e oportuno, aos anseios” dos portugueses. “Se é certo que o Regime está doente – muito doente – a Justiça é, dentro dele, o seu pior exemplo”, afirmou. Numa declaração à imprensa sobre a Operação Marquês e o estado da Justiça, o Presidente do PSD disse que “quando a Justiça não funciona, é da responsabilidade do poder político pô-la a funcionar”



pág. 5

### PARLAMENTO

TESTAGEM MASSIVA É “A SOLUÇÃO MAIS ÓBVIA PARA TRAVAR A PANDEMIA”

Perante o ritmo de vacinação que é inferior à propagação da covid-19, o PSD defende uma estratégia que passe pela testagem massiva dos “profissionais cuja atividade obrigue ao contacto permanente com o público”



pág. 9

### LOCAIS

SERVIÇO DE GINECOLOGIA DO CENTRO HOSPITALAR DO OESTE DISPÕE DE TRÊS CAMAS PARA 150 MIL MULHERES

Numa pergunta à ministra da Saúde, o PSD teve conhecimento de que a administração do Centro Hospitalar do Oeste reduziu o número de camas dos Serviços de Ginecologia e de Obstetrícia daquela unidade



pág. 10

### REGIONAIS

SUBSIDIAR TRANSPORTE DE CARGA NOS AÇORES É “FAZER PROVA PRÁTICA” DA COESÃO NACIONAL

Paulo Moniz, deputado do PSD na Assembleia da República, considera que “ninguém deve ser prejudicado por viver nas Flores, no Faial ou no Corvo em termos de transporte nacional”



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## IMPERADOR

No último dia do ano de 2014, António Costa visitava, a título pessoal, o preso número 44 do Estabelecimento Prisional de Évora, José Sócrates. O líder do PS manifestava solidariedade privada ao amigo, mas, do ponto de vista público, defendia "que uma coisa são os sentimentos em relação a alguém que já foi líder do partido e Primeiro-Ministro e outra coisa é a necessidade de o PS se concentrar na sua função, que é construir uma alternativa [para o país]".

António Costa, discípulo de José Sócrates e colega do próprio nos governos liderados por António Guterres, conhece bem o "animal feroz", pretendia desde logo livrar-se do ativo tóxico, natural de Vilar de Maçada. Não é por acaso que José Sócrates vem agora acusar o PS de "traição", por o ter abandonado, na defesa de direitos que, segundo o próprio, lhe tem sido negada. "A política ama a traição, mas despreza o traidor", José Sócrates dixit.

À frente do PS Sócrates tornar-se-ia no mestre da mentira, do embuste e das teorias da perseguição e da conspiração. E o primeiro governo de Sócrates bastou para confirmar um desastre político anunciado. A seguir a bancarrota esteve por um fio.

A tentativa de Costa de impor um cordão sanitário à volta do caso é uma velha tática apenas para contenção de danos e serve, essencialmente, para o PS se livrar da enxurrada do libelo acusatório que recai sobre o ex-Primeiro-Ministro que, alegadamente, terá andado a "mercadejar com o cargo". Não é grave, é gravíssimo. Até os socialistas recusam a narrativa de "processo político" que Sócrates recuperou, e a debita "ad nauseam", em tom de vítima, e com a intenção de manipular a opinião pública.

Os luxos da vida de Sócrates são públicos e notórios e não têm uma explicação razoável.

"Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vem" é expressão que melhor caracteriza a investigação ao antigo governante socialista. Por isso, vir alegar que este inquérito judicial tinha por objetivo impedir uma candidatura à Presidência da República é uma boutade cómica e uma manobra de diversão, de um arguido náufrago dos seus próprios argumentos.

Na passada sexta-feira, com a leitura de uma súmula de 6.728 páginas da decisão instrutória, escreveu-se uma das páginas mais negras da justiça portuguesa. Um juiz, que garantia não ser nem "a favor nem contra ninguém", acabou por fazer ruir o trabalho de milhares de horas de uma investigação, escrutinada por dezenas de magistrados, em alguns casos até, com recurso à Relação, a apenas três crimes de branqueamento de capitais e outros três, por falsificação de documentos. Um feito tão inédito, quanto incompreensível! Um autêntico apagão ao Estado de direito.

Para o juiz de instrução, a acusação do Ministério Público é "delirante, uma fantasia, mera especulação e tem pouco rigor e consistência". Para o comum dos cidadãos, a decisão do juiz é inconsequente e imprecisa. Porque hipervaloriza o depoimento de certos arguidos, sustenta-se em prova indireta e até negligência a lei tributária, que impõe a obrigação de comunicar, ao fisco, os acréscimos patrimoniais não justificados.

Fica aquela ideia de uma pronúncia de mexilhão. Parece que, afinal, o desgraçado motorista, que levava e trazia as "fotocópias, fotocópias mais miúdas, documentos, aquilo, a coisa, o mesmo que da outra vez, os apontamentos", é o principal criminoso, hélas, pronunciado por um crime de detenção de arma proibida.

Ao cabo de mais de três horas de leitura da decisão instrutória, o Campus da Justiça em Lisboa tornou-se no símbolo do pantanal da impunidade contra a corrupção. O país está farto de decisões judiciais pífias, que ferem a dignidade e que contribuem para o benefício do infrator.

Terá agora a palavra, o Tribunal da Relação de Lisboa que decidirá, em sede de recurso, se quer, ou não, fazer justiça. Se rescreve uma página de confiança no sistema judicial ou se capitula perante o terramoto de 9 de abril.

A memória e o escrutínio coletivo não prescrevem. Porque, o povo não esquece as palavras do padre António Vieira, no "Sermão do Bom Ladrão": "Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres".

## RUI RIO

# "O QUE ESTÁ A JUSTIÇA A NÃO

Rui Rio considera que a Justiça não está "capaz de responder, em tempo útil e oportuno, aos anseios" dos portugueses. "Se é certo que o Regime está doente – muito doente – a Justiça é, dentro dele, o seu pior exemplo", apontou, lamentando que o País viva na "impunidade, pelo menos no que aos mais poderosos concerne". Para Rui Rio, a responsabilidade da ineficácia do sistema judicial deve-se, em primeiro lugar, ao poder político.

Como tem feito ao longo de toda a sua vida pública, e em particular desde que é líder do PSD, Rui Rio insiste na concretização de uma reforma na Justiça, enquanto pilar fundamental da soberania do Estado de Direito Democrático.

Rui Rio começa por contestar a hipocrisia habitual de cair no chavão "à justiça o que é da justiça, e à política o que é da política", "quando todos sabemos que num Estado de Direito Democrático é obrigação dos órgãos de soberania, legitimamente eleitos, definir um quadro legislativo coerente e eficaz e assegurar os recursos técnicos e humanos para que a soberania da Justiça seja credibilizada e respeitada, e as suas decisões sejam verdadeiramente independentes".

Numa declaração à imprensa sobre a Operação Marquês e o estado da Justiça, na segunda-feira, no Porto, o Presidente do PSD sublinhou que "quando a Justiça não funciona, é da responsabilidade do poder político pô-la a funcionar". "Hoje, perante a evolução da Operação Marquês, não faltarão os que entendem que se tem de revolucionar, para já não dizer, destruir tudo o que temos e construir de novo. Não! Não é preciso revolucionar nem destruir tudo. Não são precisos extremismos, nem exageros. É apenas preciso reformar com coragem, seriedade e sem os habituais tiques corporativos", afirmou.

Rui Rio critica a hipocrisia do atual Governo, "cuja marca mais relevante na Justiça é a da sua permanente preocupação em servir as corporações". "São disso exemplo o forte aumento dos salários dos Magistrados – ao ponto de alguns poderem ganhar mais do que o próprio Primeiro-Ministro do País – e a subjugação socialista à narrativa, em nome de uma falsa independência, de que o Conselho Superior do Ministério Público tem de manter uma composição maioritária de Magistrados, em vez de uma maioria de cidadãos; porque, dizem, tal significaria politizar o combate à corrupção. Qual a credibilidade dessa lengalenga corporativa e populista, quando o sistema assume que, mesmo que a corrupção exista, ele não está capaz de a julgar e, muito menos, condenar? Basta de hipocrisia e de falta de coragem", assinalou.

Rui Rio alerta que a falta de confiança dos cidadãos no sistema de Justiça provoca uma descrença no Estado de Direito e é o próprio regime democrático que é posto em causa. "Mas o PSD não renuncia a voltar a defender – tal como eu tenho repetido vezes sem conta desde há anos a esta parte – que a Reforma da Justiça é a primeira das reformas que Portugal tem de fazer. À hipocrisia de se dizer que o que está a acontecer, 'é a Justiça a funcionar', eu respondo, mais uma vez, que o que está a acontecer é a Justiça a não funcionar", acrescentou.

Um dos principais problemas é lentidão dos tribunais. "A morosidade da Justiça não só nos chamados megaprocessos, como também noutras jurisdições, é outro grave problema que se arrasta há muitos anos, sem que tenha havido, da parte dos agentes judiciais ou dos responsáveis políticos, qualquer vontade de mexer no sistema. Um sistema, com uma ineficácia absolutamente inaceitável; porque quando a Justiça não é feita em tempo útil, pura e simplesmente, não é Justiça", observou.

O líder do PSD critica ainda as sucessivas violações do segredo de Justiça. "As constantes violações do segredo de justiça durante a fase de investigação e a intoxicação da opinião pública com todo o tipo de histórias – falsas ou verdadeiras – é um caminho que a Justiça, e em particular muitos agentes do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, decidiram seguir desde há uns anos a esta parte. É assim com este processo e tem sido assim com muitos outros processos, triturando na praça pública culpados e inocentes e, acima de tudo, triturando-se a Justiça si própria, e descredibilizando-se de forma dramática à luz dos princípios de um Estado de Direito Democrático", referiu.

Sobre a Operação Marquês, Rui Rio recorda que, pela primeira vez, um ex-Primeiro-Ministro era indiciado pela prática de crimes de corrupção, ilícitos que, "no entanto, podem não ir a julgamento, porque prescreveram ou porque a prova recolhida, apesar de o provar, não pode ser utilizada". "Que esperam os sistemas judiciais e de supervisão como reação dos portugueses, quando em crimes de ainda maior envergadura do que os da Operação Marquês nada acontece e ninguém é culpado?", interrogou.

# “ACONTECER É A O FUNCIONAR”



Outro exemplo que revela o estado da Justiça é a indignação dos cidadãos perante a decada do BES e sem que haja até ao momento responsáveis condenados no plano judicial. “Se a indignação popular, relativamente à Operação Marquês atingiu o plano que facilmente seria de prever, que dizer, então, da gestão ruinosa que levou à resolução do BES, roubando centenas de pessoas e arruinando outras tantas, no maior escândalo financeiro da História de Portugal”, questionou.

Desde que tomou posse como Presidente do PSD, em fevereiro de 2018, Rui Rio defende “uma verdadeira reforma” no setor da Justiça. Em julho desse ano, depois de largas dezenas de reuniões de trabalho, Rui Rio entregou um documento ao Presidente da República e a todos os líderes partidários para sua apreciação. O PSD tem, neste momento, em funcionamento quatro comissões de trabalho no quadro da reforma do regime: comissões para a revisão constitucional, para a reforma do sistema político, para a reforma da Justiça e para a reforma dos estatutos.

“O PSD vai continuar a trabalhar nas suas propostas para uma grande reforma da Justiça, sendo certo que continuamos totalmente disponíveis para, com todos os demais, conseguir levá-la a cabo. Se nada mudar, teremos, depois de passada esta indignação pública, a habitual letargia que irá continuar a degradar o regime, a reforçar os movimentos de perfil extremista e, assim, a caminhar em direção a um horizonte marcado por nuvens negras e ventos violentos. Se algo mudar, se o poder político e o poder judicial tomarem consciência das suas responsabilidades, então, a Operação Marquês, terá, pelo menos, conseguido ficar na História como um momento de viragem. O momento em que os que têm vindo a negar o problema, resolveram assumir as suas responsabilidades perante um povo que, muito justamente, está descrente deste regime, que alguns, com coragem e abnegação, nos ofereceram há 47 anos”, disse.

Operação Marquês:

**O CAMINHO NÃO É  
SEGURAMENTE O DO  
ATUAL GOVERNO.  
BASTA DE HIPOCRISIA E  
DE FALTA DE CORAGEM**



RUI RIO

# DESCONFINAMENTO DEVE PARAR NOS CONCELHOS DE MAIOR RISCO E NOS CONCELHOS LIMÍTROFES



Em conferência de imprensa, dia 13 de abril, no Porto, Rui Rio apresentou quatro medidas para “minorar os riscos” da pandemia de covid-19 em Portugal e impedir que o País volte a atravessar um novo confinamento geral.

“Em primeiro lugar, não continuar o desconfinamento global no País, naqueles concelhos que estão com os indicadores de risco mais elevado, assim como nos concelhos limítrofes”, defende Rui Rio. Se o Governo não avançar com esta solução, antevê Rui Rio, Portugal poderá “ter de parar” como um todo.

A segunda medida consiste em “acelerar a testagem, em particular nas escolas”. Rui Rio insiste que o “Governo tem de se esforçar mais” na deteção de casos, considerando que “a testagem não tem corrido da melhor forma”.

Como terceira medida imediata, o Presidente do PSD apela à vigilância e ao “controlo dos aeroportos”, solução destinada a conter a variante do novo coronavírus proveniente da África do Sul, que embora residual em Portugal, tem um índice de transmissibilidade preocupante e é “muito mais perigosa” do ponto de vista da letalidade.

Finalmente, o líder do PSD pede o reforço da vacinação, processo que “não está a ter o ritmo previsto”. “Houve diversos problemas, mas agora o que se pede é que se cumpra o novo plano, e na primeira semana de junho ter todas as pessoas com mais de 60 anos vacinadas”, apelou.

No dia em que se realizou mais uma reunião do Infarmed sobre a situação epidemiológica, Rui Rio transmitiu na terça-feira, por videoconferência, ao Presidente da República, a posição do PSD sobre a renovação do estado de emergência até 30 de abril. A este propósito, Rui Rio reafirma que “a posição do PSD é, desde o início, de não obstaculizar” o Governo a tomar as medidas necessárias para combater a pandemia. “Apoiamos o que o Presidente da República quiser fazer e o que o Governo necessite”, concluiu.

# TESTAGEM MASSIVA É “A SOLUÇÃO MAIS ÓBVIA PARA TRAVAR A PANDEMIA”

Perante o ritmo de vacinação que é inferior à propagação da covid-19, o PSD defende uma estratégia que passe pela testagem massiva da população, nomeadamente dos “profissionais cuja atividade obrigue ao contacto permanente com o público”. O grupo parlamentar do PSD requereu também a audição urgente da Comissão Técnica de Vacinação para perceber como está a decorrer o plano de vacinação.

Num projeto de resolução que deu entrada no Parlamento, o PSD sublinha que há “profissionais que, pela natureza das suas funções, estão sujeitos a um maior risco de contágio e, naturalmente, de serem hospedeiros e transmissores do mesmo para terceiros”. Entre esses profissionais estão os operadores de fábricas e trabalhadores da construção civil, os operadores de supermercado ou de estações de serviço, os condutores de transportes públicos ou “prestadores de serviços públicos presenciais que, durante a pandemia, nunca pararam, os trabalhadores de comércio, restauração, ginásios, monumentos e todos as atividades que estão e vão ser reativadas nas diferentes fases de desconfinamento”.

O grupo parlamentar do PSD entende que é necessário “garantir que o desconfinamento é realizado com eficácia máxima, de forma a não ser necessário voltar a travar a fundo a economia e a encerrar o País. “Tal eficácia depende, não só de um elevado número de testes, como do consequente rastreio em tempo útil (nas 24 horas seguintes) de todos os contactos de alto, médio e baixo risco dos casos positivos, de forma a identificar toda a cadeia de transmissão e isolá-la, impedindo a sua propagação”.

No dia 10 de fevereiro, a ministra da Saúde anunciou a intenção de iniciar a testagem massiva da população, mas, dois meses depois, “essa testagem massiva ainda não aconteceu, nem na comunidade geral nem em grupos concretos identificados”.

“Se, no pico da pandemia, Portugal chegou a realizar mais de 65 mil testes por dia, e foi sempre dito que teria condições para testar mais, após o desconfinamento, entre o final de março e a primeira semana de abril, o número de testes caiu a pique para entre 12 e 20 mil pessoas por dia, somando testes PCR e antigénio”, observa o PSD.



No dia 6 de abril (último dia de que há registos comparáveis com os restantes países europeus a referir), Portugal registava uma média dos últimos sete dias de 3.03 testes por cada mil habitantes, quando a Itália registava 4.41 testes, a Bélgica, 4.25 testes por cada mil habitantes e o Reino Unido, no topo da lista, realizava mais de 12.3 testes por cada mil habitantes por dia (apesar de estar a atingir a imunidade de grupo).

Finalmente, e para proceder ao acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia e do processo de recuperação económico-social, o PSD solicitou, através de um requerimento, a audição urgente da Comissão Técnica de Vacinação contra a covid-19 no Parlamento.

Em concreto, o PSD pretende que sejam prestados esclarecimentos sobre eventuais atualizações do plano de vacinação. “O Plano de Vacinação contra a covid-19 entrou, esta semana, na 2.ª fase de vacinação e os critérios

de prioridade terão sofrido atualizações, de acordo com o que tem vindo a ser comunicado na imprensa. Contudo, não consta de nenhuma norma da Direção-Geral de Saúde (DGS) qualquer referência a novos critérios, novas prioridades ou sequer alteração de patologias consideradas prioritárias”, justificam os deputados do PSD.

**O PSD recomenda ao Governo que:**

1. *Proceda à testagem massiva prioritária de todos os profissionais não vacinados e cuja atividade os obrigue a contacto permanente com o público, e que dê o eficaz seguimento aos casos positivos, identificando e isolando, de forma a travar as suas cadeias de transmissão;*
2. *Concretize um plano de testagem que preveja a recorrência periódica de testagem dos grupos profissionais incluídos na previsão do número anterior.*

## ADÃO SILVA SOBRE O PRR

# GOVERNO MENORIZA AS EMPRESAS NA DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS



O PSD insiste que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), elaborado pelo Governo, menoriza as empresas na distribuição de verbas. Depois de o PSD ter reunido com o Governo antes deste entregar em Bruxelas a versão definitiva do PRR, Adão Silva lamentou que, apesar das críticas iniciais, o Governo tenha mantido a opção de não apostar nas empresas.

“Nós mantemos a crítica de que há uma menorização das empresas neste processo e era muito importante que fossem mais acompanhadas, mais estimuladas”, afirmou o líder parlamentar do PSD, adiantando que os sociais-democratas entendem que a reabilitação e recuperação do país passa, em muito, pelas nossas empresas.

Adão Silva afirmou ainda que dos “breves tópicos” do PRR a que o PSD teve acesso, não ficou claro que “estejam incorporados os vários contributos pelo PSD, particularmente os que foram dados pelo Conselho Estratégico Nacional”. Contudo, o social-democrata assinalou que consta um reforço das verbas destinadas à Cultura, algo pelo que os deputados do PSD se “tinham batido”.

A terminar, Adão Silva mostrou-se preocupado pelo facto de correremos o risco de chegar ao fim da presidência portuguesa do Conselho Europeu, que termina em junho, sem que Portugal possa usar “um cêntimo dos milhares de milhões” previstos no PRR. No momento em que cerca de dez países ainda não fizeram a necessária ratificação dos recursos próprios e quando existe um recurso pendente no Tribunal Constitucional alemão, o social-democrata frisa que “seria lastimável que a presidência portuguesa decorresse sem que, até ao fim, não estivesse já a ser utilizada a verba disponível por este plano europeu”.

# PSD QUER FACILITAR RECOLHA DE ASSINATURAS PARA CANDIDATURAS ÀS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS E PRESIDENCIAIS



Numa medida inédita no nosso sistema eleitoral, que visa facilitar a vida dos cidadãos, o PSD levou a debate uma iniciativa que pretende alterar a Lei Eleitoral, para possibilitar a recolha de assinaturas pela via digital nas eleições presidenciais ou autárquicas.

Na apresentação do projeto de lei do PSD, Hugo Carneiro afirmou que os sociais-democratas, fruto da situação pandémica, propõem também a redução de 25% das assinaturas necessárias para as candidaturas de independentes e ainda que os grupos de cidadãos eleitores possam usar denominações semelhantes, mas nunca confundindo a sua diferente origem ou natureza no território.

Contudo, contrariamente ao defendido por outros partidos, o deputado frisou que a proposta dos sociais-democratas não permite a criação de partidos locais informais de independentes, a criação de coligações de grupos de cidadãos eleitores diferentes, nem permite que quem não é candidato a uma autarquia possa ter o seu nome no boletim de voto.

“Com este projeto, o PSD não concede na possibilidade de 30 ou 50 pessoas que se juntem num café ou num restaurante possam apresentar uma candidatura a uma freguesia, por violação da proporcionalidade mínima exigível e que esta proposta de um partido não alcança”, sublinhou o parlamentar, acrescentando que o PSD defende a participação dos cidadãos dentro do quadro constitucional.

Hugo Carneiro apelou a todos os partidos para que, na discussão na especialidade, seja possível alargar o consenso para que a lei eleitoral seja aprovada por uma maioria suficientemente representativa.

## PESCAS

# PSD EXIGE RESPOSTAS DO GOVERNO PARA TRAVAR DESCONTENTAMENTO

Numa pergunta ao Governo, o PSD questiona o ministro do Mar sobre o excesso de controlo e fiscalização de que tem sido alvo a atividade piscatória. O grupo parlamentar do PSD pretende conhecer a posição do Ministério do Mar sobre os motivos que levaram o sector a promover ações de protesto um pouco por todo o país, nomeadamente na faixa litoral norte, entre Viana do Castelo e a Figueira da Foz.

Recorde-se que dezenas de pescadores têm estado em protesto, através de uma paragem seguida de concentração de agentes da pesca, para demonstrar descontentamento sobre os recentes procedimentos das unidades de controlo de fiscalização, cujo efeito tem perturbado o normal funcionamento da atividade.

“De acordo com o setor da pesca, as ações de fiscalização têm originado paragens constantes e frequentes (duas ou três/semana), que poderiam ser melhoras e coordenadas com a intervenção da tutela. Os pescadores em manifestação acusam o Governo de ter criado ‘lacunas’ que originam as multas aos pescadores que inviabilizam a atividade primária da pesca”, concluem.

### O PSD pergunta:

- *Quais as conclusões do Ministério do Mar após reunião com o sector da pesca que no dia 7 de abril iniciou um protesto? Qual a posição do Ministério do Mar sobre os motivos que levaram o sector a expressar o seu descontentamento?*
- *Quais os mecanismos que podem ser melhorados, através da intervenção do Ministério do Mar, para que a atividade da pesca decorra com a menor perturbação possível num período de elevada complexidade?*



# IRREGULARIDADES NA VACINAÇÃO NO INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS, PSD QUER EXPLICAÇÕES

O PSD questionou, dia 12 de abril, o ministro da Defesa sobre a ocorrência de “irregularidades no processo de vacinação” no Centro de Apoio Social de Oeiras do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA).

Na pergunta que deu entrada no Parlamento, o PSD refere que no início do ano “foi amplamente noticiada a deteção da existência de irregularidades na administração de vacinas contra a covid-19” e que, “neste âmbito, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata recebeu uma denúncia irregularidades na administração de vacinas no IASFA – Centro de Apoio Social de Oeiras”.

De acordo com esta denúncia, “durante o mês de janeiro, no IASFA – Centro de Apoio Social de Oeiras, foi administrada a primeira dose de uma vacina contra a covid-19 a um grupo de oficiais, alguns dos quais se encontravam em regime de teletrabalho”. O PSD alerta que este “episódio terá ocorrido numa altura em que ainda existiam profissionais de saúde que não se encontravam vacinados”.

Citando informações disponibilizadas pelo IASFA, os sociais-democratas indicam que “nos dias 21 e 22 de janeiro foram inoculadas com a vacina da Pfizer, entre residentes e funcionários, 368 pessoas do CAS Oeiras e 79 do CAS do Porto”, tendo sido “vacinados, mediante consentimento informado de todos, os residentes, profissionais de saúde e demais colaboradores dos devidos centros”.

#### O PSD pergunta:

- 1 - Tem o senhor ministro da Defesa Nacional conhecimento de situações de irregularidades no processo de vacinação do IASFA – Centro de Apoio Social de Oeiras?
- 2 - Do universo de residentes e colaboradores do IASFA, quantas pessoas já se encontram vacinadas, bem como qual foi o critério de prioridade seguido?



**WEBINAR** **LIVE** **CEN**

**17 ABR (SÁBADO) - 15H00**

# “PORTUGALE E OS PORTUGUESES NO MUNDO”



**ABERTURA E MODERADOR**  
**António Maló de Abreu**  
Deputado,  
Vice-coordenador  
do CEN Negócios  
Estrangeiros



**ÁFRICA DO SUL**  
**Paula Caetano**  
Empresária



**MACAU**  
**Miguel Senna Fernandes**  
Advogado



**CANADÁ**  
**Paula Medeiros**  
Técnica Superior da  
Administração Pública



**BRASIL, RIO DE JANEIRO**  
**Flávio Martins**  
Advogado



**BRASIL, SÃO PAULO**  
**Carolina Araújo**  
Funcionária Consular



**ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CALIFÓRNIA**  
**Manuel Bettencourt**  
Médico



**CÍRCULO DE FORA DA EUROPA**  
**José Cesário**  
Deputado

# REQUALIFICAÇÃO DA EN 101 CONTINUA A AGUARDAR POR PUBLICAÇÃO DE PORTARIAS DAS FINANÇAS



Os deputados do PSD, nomeadamente os representantes eleitos pelo círculo de Viana do Castelo, Jorge Mendes, Emília Cerqueira e Eduardo Teixeira, voltam a questionar o Governo sobre o projeto de requalificação da EN 101.

“Apesar da insistência dos deputados do PSD pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, desde novembro de 2019, nas várias intervenções em sede orçamental ou nas audições ao ministro Pedro Nuno Santos e secretário Estado Jorge Delgado, com promessas de que estava para lançamento do concurso, isso não aconteceu até ao presente”, lamentam os deputados.

Numa pergunta ao ministro de Estado e das Finanças, os parlamentares frisam que “o projeto de requalificação do troço da EN 101 – Valença/Monção está concluído desde 2016/2017, mas o lançamento do concurso tarda a ser concretizado”.

Não obstante as diligências do PSD, a requalificação da EN 101 - Valença/Monção aguarda a publicação da “Portaria de Extensão de Encargos” respetiva, por parte do Ministério da Finanças/Secretaria de Estado do Orçamento.

Por sua vez, a requalificação da EN 101 – Valença/Monção estava prevista no Plano Nacional de Investimentos de Proximidade para 2016/2017, e o troço Monção/Arcos nos anos seguintes, bem como a EN 202 entre Monção/Melgaço.

A Estrada Nacional 101 é uma importante via que integra a rede nacional de Estradas de Portugal e estabelece a ligação entre vários concelhos do norte do distrito de Viana do Castelo, abrangendo localidades de média densidade populacional, mas de importante atividade económica e forte interligação à vizinha Galiza, em especial na área de influência do complexo automóvel da PSA Vigo, e ramificações as zonas de Braga, Aveiro e Viseu. Dependem desta via um vasto conjunto de empresas, relevantes para o Alto Minho e Portugal, com forte movimento de veículos ligeiros e pesados, dada ligação entre o norte do distrito de Viana do Castelo e a A3 ou entre a Galiza e o distrito de Braga.

## O PSD pergunta:

1. Confirma que o lançamento do concurso de requalificação da EN 101 - Valença/Monção está bloqueado por falta de publicação da Portaria de Extensão de Encargos?
2. Quantos concursos do Ministério das Infraestruturas e Habitação aguardam a publicação das respetivas portarias de extensão de encargos?



# SERVIÇO DE GINECOLOGIA DO CENTRO HOSPITALAR DO OESTE DISPÕE DE TRÊS CAMAS PARA 150 MIL MULHERES



Os deputados do PSD eleitos por Leiria contestam a “capacidade insuficiente” de internamento no Serviço de Ginecologia do Centro Hospitalar do Oeste, unidade que cobre diversos concelhos da região de Leiria e o norte de Lisboa. Esta situação decorre, ao que tudo indica, da prioridade dada à crise sanitária. Contudo, o PSD está perplexo com o facto de o referido Serviço de Ginecologia dispor de apenas “13 camas de internamento” para servir um universo superior a 150 mil mulheres.

Numa pergunta à ministra da Saúde, o PSD teve conhecimento de que a administração do Centro Hospitalar do Oeste reduziu o número de camas dos Serviços de Ginecologia e de Obstetrícia, localizados da unidade hospitalar das Caldas de Rainha. “Concorda com essa redução de capacidade instalada?”, interrogam os deputados.

“Sucede que, mercê da situação pandémica que o País vive, a capacidade instalada do CHO naquela especialidade encontra-se fortemente comprometida, estando atualmente o Serviço de Ginecologia reduzido a, apenas, três camas, como, ainda na semana passada, o confirmou o próprio Conselho de Administração daquela unidade hospitalar. Acresce que o referido condicionamento afeta, também, outras valências dos Cuidados de Saúde Materna do CHO, como é o caso do Serviço de Obstetrícia, cujas 27 camas instaladas no Hospital das Caldas da Rainha desde 2013, estão reduzidas a 20 e, destas, duas destinadas a doentes covid-19”, salientam os deputados Margarida Balseiro Lopes, Hugo Oliveira, Pedro Roque, Olga Silvestre e João Marques.

O Centro Hospitalar do Oeste (CHO) integra os hospitais públicos de Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche e serve as populações dos concelhos de Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral, Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã, bem como de parte dos concelhos de Alcobaça e de Mafra.

#### O PSD pergunta:

1. Teve o Ministério da Saúde conhecimento da decisão da administração do Centro Hospitalar do Oeste no sentido de reduzir o número de camas dos Serviços de Ginecologia e de Obstetrícia, localizados da unidade hospitalar das Caldas de Rainha, e concorda com essa redução de capacidade instalada?
2. Neste período de redução da capacidade instalada, em termos de internamento, quantas mulheres tiveram de se deslocar para outras unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde para procurarem a assistência de que necessitaram?
3. Qual é a taxa de ocupação dos serviços de Ginecologia e Obstetrícia em 2021, até à presente data?
4. Qual é a data prevista para que a unidade hospitalar das Caldas de Rainha do Centro Hospitalar do Oeste recupere a sua capacidade instalada nas especialidades de Ginecologia e de Obstetrícia, em termos de camas de internamento?

# SUBSIDIAR TRANSPORTE DE CARGA NOS AÇORES É “FAZER PROVA PRÁTICA” DA COESÃO NACIONAL

Paulo Moniz, deputado do PSD na Assembleia da República, defende que a comparticipação do transporte marítimo de carga entre os Açores e o continente e entre as ilhas açorianas é “fazer prova prática” da coesão nacional. O deputado eleito pelo círculo dos Açores falava, dia 12, em Ponta Delgada, após uma reunião com a Câmara de Comércio e Indústria (CCIPD) daquela cidade.

Paulo Moniz reuniu-se com aquela instituição para apresentar o projeto social-democrata que “visa introduzir uma indemnização compensatória para o transporte marítimo de carga entre o continente e os Açores e entre as ilhas dos Açores”, uma “preocupação” da CCIPD.

“Isso é que é fazer prova e prática do conceito de coesão territorial. Ninguém deve ser prejudicado por viver nas Flores, no Faial ou no Corvo em termos de transporte”, afirmou.

O parlamentar salientou que a proposta pretende que o valor praticado para São Miguel naquele tipo de transporte (que apresenta um “desconto de 50%”) seja aplicado para as outras ilhas açorianas, sendo o “diferencial assumido pelo Governo central”.



“Exibir um sentimento de coesão nacional é assumir esse sobrecusto. No interilhas, entre duas quaisquer ilhas, propusemos que o preço a praticar para transporte interilhas fosse o mais baixo para a mesma mercadoria entre duas quaisquer ilhas”, acrescentou.

E prosseguiu: “São princípios que traduzem na prática económica a coesão territorial. A coesão territorial não deve ser o chavão, uma palavra que se usa quando dá jeito. Deve ser uma expressão de unidade nacional, que se consubstancia na comparticipação de custos”.

Paulo Moniz disse ainda esperar que a proposta seja discutida em plenário da Assembleia da República com a “maior brevidade”, aguardando que os outros partidos votem favoravelmente a iniciativa.

Em 7 de abril, foi anunciado que o deputado do PSD/Açores na Assembleia da República Paulo Moniz entregara uma proposta que prevê a comparticipação do Estado no serviço público de transporte marítimo de carga entre ilhas, como acontece com o transporte aéreo de passageiros.

Na proposta do PSD, lê-se que o “preço final do frete de um contentor para o cliente deverá ser idêntico para todas as ilhas”, sendo que no caso de carga contentorizada “será utilizado como referencial o melhor preço praticado na data para a ilha de São Miguel”. No caso de carga geral entre as ilhas açorianas, “será utilizado como referencial o melhor preço praticado entre duas quaisquer ilhas”.

## SERVIÇO DE RADIOTERAPIA NA ILHA TERCEIRA ESTARÁ A FUNCIONAR EM 2021

O Governo Regional dos Açores anunciou que o serviço de radioterapia da ilha Terceira, previsto há vários anos, arrancará ainda em 2021. “Era um anseio de vários anos das populações que necessitam de um serviço com esta importância e na sequência de muitos avanços e recuos, desta vez é para avançar mesmo. É este compromisso que está a ser concretizado”, revelou o secretário regional da Saúde e Desporto, Clélio Meneses.

Inaugurado em 2012, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira foi construído com um “bunker” para um serviço de radioterapia, que está equipado desde 2016, mas nunca chegou a ser utilizado.

O centro de radioterapia dos Açores foi criado na ilha de São Miguel, em 2016, e chegou a estar previsto um polo na ilha Terceira, que deveria entrar em funcionamento no mesmo ano, mas, entretanto, o Governo Regional (PS) alegou falta de “casuística” para que o projeto pudesse avançar.

O executivo da coligação PSD-CDS-PPM, que tomou posse em novembro de 2020, retoma agora o projeto, que Clélio Meneses garante ser para cumprir. “Estamos em condições de assumir que ainda durante este ano, irá ser iniciado o processo de radioterapia na Terceira”, disse Clélio Meneses, citado num comunicado de imprensa do Governo Regional.

O governante visitou, na quinta-feira, as instalações do Hospital da Ilha Terceira com a empresa que ficará responsável pelo serviço, a mesma que assegura estes cuidados de saúde na ilha de São Miguel.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**CASTELO BRANCO**

Ao abrigo do art.º 41º. dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital, para uma reunião a realizar no dia 23 de abril de 2021, (sexta-feira), pelas 20H30, na Sede Distrital do PSD Castelo Branco, sita na Rua Prior Manuel de Vasconcelos, 34 – Loja 1, RC em Castelo Branco:

**ORDEM DE TRABALHO**

1. Apresentação do relatório e contas de 2020;
2. Eleições Autárquicas 2021.

Nota: No sentido de não haver riscos, apela-se ao rigoroso cumprimento das regras de segurança, no que respeita ao uso de máscara ou viseira. Será disponibilizado, em tempo útil, a cada um dos elementos da Assembleia Distrital, um link de plataforma digital para, caso não possa estar presente, participar no desenrolar da mesma

**SECÇÕES**

**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 22 de abril de 2021, (quinta-feira) pelas 21H00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Apresentação do candidato à Câmara Municipal do Porto aos militantes.

Nota: A Assembleia de Militantes funcionará em ambiente digital, através da plataforma Zoom;

Os militantes que pretendam participar na Assembleia por videoconferência terão obrigatoriamente de comunicar tal vontade, até às 0H00 do dia anterior, para o endereço de correio eletrónico psddadadadepoporto@gmail.com

O link de acesso à sessão será enviado, por email, aos militantes que o requererem.

**SEIA**

Nos termos do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Secção de Seia, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 15 de Maio de 2021, (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Sede do PSD de Seia, sita na Av. 1 de Maio, nº 26 C/V Fração E, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção de Seia.

1. Comissão Política de Secção.  
Notas: As listas candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 19H00.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00  
email: jsdnacional@gmail.com



**I CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA ÁREA OESTE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o I Conselho Distrital Ordinário do mandato 2021-2023 para reunir no próximo dia 24 de Abril (sábado), pelas 21 horas e 30 minutos, por via telemática (plataforma Zoom), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise, discussão e votação da proposta da Comissão Política Distrital sobre a nomeação dos Delegados da JSD Distrital Lisboa Área Oeste à Assembleia Distrital do PSD Oeste, conforme disposto no artigo 61º, nº 1, alínea d) dos Estatutos da JSD;
- 2 – Nomeação do Diretor do Gabinete de Estudos Distrital;
- 3 – Nomeação do Coordenador Distrital para a Formação;
- 4 – Nomeação do Diretor de Comunicação Distrital;
- 5 – Nomeação do Coordenador Distrital dos JASD;
- 6 – Nomeação do Coordenador Distrital para o Ensino Superior;
- 7 – Nomeação do Coordenador Distrital para o Ensino Básico e Secundário;
- 8 – Análise da situação política local, regional e nacional.

**NÚCLEO DE ÁVIDOS – V. NOVA DE FAMALICÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Avidos para reunir, no próximo dia 15 de Maio de 2021, no Auditório António Gomes, no Largo da Igreja, Avidos - Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Vila Nova de Famalicão ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 16:00 e as 18:00.

**NÚCLEO DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO – V. NOVA DE FAMALICÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Vila Nova de Famalicão e Calendário para reunir, no próximo dia 15 de Maio de 2021, na Sede do PSD de Vila Nova de Famalicão, Sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 - 3º Sala 14, 4760-114 Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Vila Nova de Famalicão ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15:30 e as 17:30.

**NÚCLEO DE FRADELOS – V. NOVA DE FAMALICÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Fradelos para reunir, no próximo dia 15 de Maio de 2021, na Junta de Freguesia de Fradelos, R. do Espírito Santo 1050, 4760-485 Fradelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Vila Nova de Famalicão ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14:30 e as 16:30.

**NÚCLEO DE OLIVEIRA SANTA MARIA – V. NOVA DE FAMALICÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Oliveira Santa Maria para reunir, no próximo dia 15 de Maio de 2021, na Junta de Freguesia de Oliveira Santa Maria, Sita na Urbanização de Sestelo 183, 4765-334 Oliveira Santa Maria, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Vila Nova de Famalicão ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18:30 e as 20:30

**RATEIO DE DELEGADOS  
RESIDENCIAIS AO V CONGRESSO  
DISTRITAL DA JSD ALGARVE**

Concelhia	N.º de delegados
Loulé	18
Faro	10
Albufeira	8
S. Brás de Alportel	5
Tavira	5
Portimão	4